

MARÇO DE 2017

ESTUDO ESPECIAL

## **A mulher no mercado de trabalho na Região do ABC em 2016**

**Aumenta a presença feminina,  
mas ocupação diminui**

- Aumenta a participação feminina no mercado de trabalho
- Taxa de desemprego aumenta de forma menos intensa para as mulheres
- Decréscimo do nível de ocupação atinge mais os homens
- Retração do rendimento é maior para as mulheres

1. Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

*A presença de mulheres no mercado de trabalho, na região do ABC, voltou a crescer, após retração em 2015, que havia interrompido o crescimento registrado nos três anos anteriores, sendo que sua taxa de participação aumentou de 53,2%, em 2015, para 54,2%, em 2016. Para os homens, no mesmo período, esse indicador diminuiu de 69,9% para 69,1%.*

*A taxa de desemprego total feminina elevou-se pelo terceiro ano consecutivo, passando de 13,3% para 16,7%, maior valor desde 2006 (18,0%). Já entre os homens o aumento da taxa de desemprego total foi maior que o observado entre as mulheres, passando de 11,8% para 15,9%.*

*O aumento do desemprego feminino foi resultado da entrada de mulheres no mercado de trabalho da região concomitante à diminuição do número de vagas.*

*O nível de ocupação diminuiu para as mulheres (-1,4%) e, principalmente, para os homens (-5,7%). Entre elas, cresceu o número de ocupações somente no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.*

*Para as mulheres, aumentaram as ocupações menos protegidas pela legislação trabalhista, como empregadas no setor privado sem carteira de trabalho assinada, autônomas e empregadas domésticas.*

*O rendimento médio real por hora diminuiu para mulheres (-10,0%) e homens (-5,9%). Esse comportamento diferenciado distanciou seus respectivos rendimentos: enquanto, em 2015, os valores médios auferidos pelas mulheres correspondiam a 78,7% dos obtidos pelos homens, em 2016, essa proporção passou para 75,3%.*

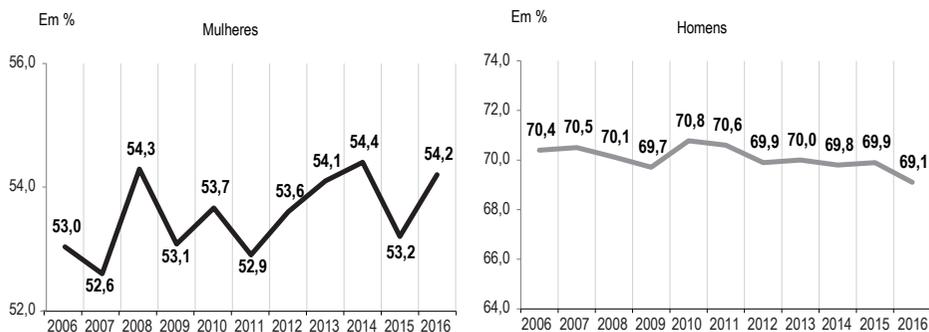
# MERCADO DE TRABALHO

## Taxa de participação feminina volta a crescer

A presença feminina no mercado de trabalho na região do ABC aumentou em 2016, após decréscimo no ano anterior, que havia interrompido a expansão observada nos três últimos anos. Assim, a taxa de participação – proporção de mulheres com dez anos de idade ou mais inseridas no mercado de trabalho, na situação de ocupadas ou de desempregadas – passou de 53,2% para 54,2%, entre 2015 e 2016 (Gráfico 1). Essa taxa é inferior à observada na RMSP (55,3%, em 2016), que permaneceu praticamente estável.

Em 2016, do total de ocupados na região do ABC, 46,9% eram mulheres, proporção que aumentou em relação a 2015 (Tabela 1). A parcela de desempregadas em relação ao total diminuiu de 49,2% para 48,3%.

**Gráfico 1**  
Taxas de participação, por sexo  
Região do ABC (1) – 2006-2016



**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC. (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

**Tabela 1**  
**Distribuição da População Economicamente Ativa, por sexo, segundo condição de atividade**  
**Região do ABC (1) – 2015-2016**

Condição de atividade	Em porcentagem					
	2015			2016		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
População Economicamente Ativa	100,0	46,2	53,8	100,0	47,2	52,8
Ocupados	100,0	45,8	54,2	100,0	46,9	53,1
Desempregados	100,0	49,2	50,8	100,0	48,3	51,7

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

## Desemprego aumentou de forma menos intensa para as mulheres

Historicamente a taxa de desemprego é maior para as mulheres, o que pode ser observado no Gráfico 2. Entre 2015 e 2016, a taxa de desemprego total das mulheres cresceu pelo terceiro ano consecutivo, passando de 13,3% para 16,7%, maior valor observado desde 2006 (18,0%).

Entre os homens o aumento da taxa de desemprego total foi maior que o observado entre as mulheres, passando de 11,8% para 15,9%.

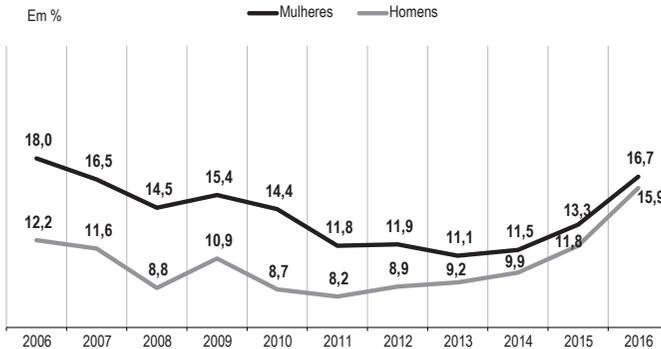
Com o ritmo diferenciado do crescimento das respectivas taxas de desemprego total, reduziu-se a distância entre as taxas de desemprego de mulheres e homens, como mostra o Gráfico 2.

Destaca-se que o aumento do desemprego feminino foi decorrência, principalmente, do maior número de mulheres no mercado de trabalho da região e, em menor proporção, da diminuição do número de postos de trabalho. Já entre os homens, foi resultado, exclusivamente, da retração do nível de ocupação, uma vez que decresceu a sua presença no mercado de trabalho regional.

*A partir de 2015, as mulheres passaram a corresponder à menor parcela do total de desempregados (49,2%). Em 2010 elas representavam 58,2%, diminuindo para 48,3% em 2016.*

*O contingente de desempregadas era composto, principalmente, por jovens de 16 a 24 anos (38,5%), seguidas daquelas com idade de 25 a 39 anos (36,5%). A maior parte das desempregadas, segundo a posição na família, era formada por filhas (42,7%).*

**Gráfico 2**  
**Taxas de desemprego total, por sexo**  
**Região do ABC (1) – 2006-2016**



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.  
 (1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

*O tempo médio de procura por um novo trabalho aumentou em nove semanas para ambos os sexos. Entre as mulheres passou de 31 para 40 semanas, no período e, para os homens, de 32 para 41 semanas. Em 2004, o tempo médio de procura por trabalho era de 56 e 61 semanas, respectivamente.*

## Retração da ocupação atinge menos as mulheres

O nível de ocupação diminuiu de forma menos intensa para as mulheres (-1,4%) em comparação aos homens (-5,7%) (Tabela 2). A despeito disso, as mulheres continuaram representando a menor parcela de ocupados da região do ABC (46,9% do total de ocupados, em 2016), pouco maior que a observada em 2015 (45,8%) (Tabela 1).

*O número de ocupadas era composto, sobretudo, por mulheres de 25 a 39 anos (38,6%). Por posição na família, quase metade eram cônjuges (48,6%), sendo que as chefes mulheres perfaziam 24,2% e as filhas representavam 22,0%.*

*As mulheres ocupadas eram mais escolarizadas que os homens: enquanto 26,7% tinham o ensino superior completo, entre os homens esse percentual era de 19,6%.*

**Tabela 2**  
**Variação do nível de ocupação, por sexo, segundo setores de atividade econômica**  
**Região do ABC (1) – 2016/2015**

Setores de atividade econômica	Em porcentagem	
	Mulheres	Homens
<b>TOTAL GERAL (2)</b>	<b>-1,4</b>	<b>-5,7</b>
<b>Indústria de Transformação (3)</b>	<b>-1,3</b>	<b>-11,2</b>
Metal-mecânica (4)	-3,2	-11,9
<b>Construção (5)</b>	<b>(14)</b>	<b>-12,7</b>
<b>Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (6)</b>	<b>1,1</b>	<b>-3,3</b>
<b>Serviços (7)</b>	<b>-2,1</b>	<b>0,4</b>
Transporte, armazenagem e Correio (8)	(14)	-3,4
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (9)	-9,3	-23,3
Atividades administrativas e serviços complementares (10)	-5,1	13,9
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (11)	-2,2	13,6
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (12)	5,1	12,5
Serviços domésticos (13)	1,6	(14)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. (2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Divisões 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Incluem atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (8) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (12) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (13) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (14) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A criação de novos postos de trabalho para o contingente feminino ocorreu somente no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (1,1%). Houve redução na Indústria (-1,3%) e, em maior intensidade, nos Serviços (-2,1%).

Por ramo de atividade, no setor de Serviços, o comportamento do nível de ocupação feminino refletiu as retrações nos ramos de informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (-9,3%), atividades administrativas e serviços complementares (-5,1%) e administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (-2,2%), apenas em parte contrabalançadas pelos aumentos nos ramos de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (5,1%) e serviços domésticos (1,6%) – atividades predominantemente exercidas por mulheres. A Indústria apresentou redução de -1,3%, sendo que o ramo da metal-mecânica diminuiu seu nível ocupacional entre as mulheres em -3,2%.

O setor Serviços é o maior empregador da região, respondendo por 68,6% do total de postos de trabalho ocupados pelas mulheres, em contraposição a apenas 41,9% dos homens, em razão de concentrar atividades que historicamente absorvem maior proporção de trabalho feminino, em especial nos ramos administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (24,2% das mulheres ocupadas), atividades de alojamento e alimentação; artes, cultura, esporte

e recreação (14,8%), além dos serviços domésticos (11,3%), conforme demonstrado na Tabela 3.

O Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas é o segundo maior empregador de mulheres (16,5% do total de ocupadas), seguido pela Indústria (13,7%).

**Tabela 3**  
**Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo setores de atividade econômica**  
**Região do ABC (1) – 2015-2016**

Setores de atividade	Em porcentagem			
	Mulheres		Homens	
	2015	2016	2015	2016
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Indústria de Transformação (2)</b>	<b>13,8</b>	<b>13,7</b>	<b>30,9</b>	<b>29,1</b>
Metal-mecânica (3)	5,5	5,5	20,3	19,0
<b>Construção (4)</b>	<b>(14)</b>	<b>(14)</b>	<b>9,5</b>	<b>8,8</b>
<b>Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (5)</b>	<b>16,0</b>	<b>16,5</b>	<b>18,5</b>	<b>19,0</b>
<b>Serviços (6)</b>	<b>69,1</b>	<b>68,6</b>	<b>39,4</b>	<b>41,9</b>
Transporte, armazenagem e Correio (7)	(14)	(14)	8,9	9,1
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (8)	9,6	8,8	9,0	7,4
Atividades administrativas e serviços complementares (9)	7,0	6,7	5,4	6,5
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (10)	24,5	24,2	6,7	8,0
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (11)	13,9	14,8	8,4	10,1
Serviços domésticos (12)	10,9	11,3	(14)	(14)
<b>Outros (13)</b>	<b>(14)</b>	<b>(14)</b>	<b>(14)</b>	<b>(14)</b>

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Divisões 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (7) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (12) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (13) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (14) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

*As mulheres ocupadas estão inseridas, principalmente, nos Serviços, com destaque para as áreas de saúde, educação, serviços sociais, etc.*  
*Na Indústria, o ramo da metal-mecânica empregava 5,5% das mulheres ocupadas.*

As ocupações mais protegidas pela legislação trabalhista tiveram comportamento negativo, entre 2015 e 2016, para ambos os sexos, porém de forma mais intensa para as mulheres: o assalariamento feminino com carteira assinada no setor privado diminuiu em 3,1% e o setor público 11,4% (Tabela 4).

Quanto às outras formas de inserção no mercado de trabalho, as mulheres registraram aumento nas atividades menos protegidas: no emprego doméstico cresceu 1,6%, reflexo do crescimento entre as diaristas, uma vez que diminuiu entre as mensalistas; 5,6% no assalariamento sem carteira no setor privado; e 7,1% no contingente de autônomas.

**Tabela 4**  
**Variação do nível de ocupação, por sexo, segundo posição na ocupação**  
**Região do ABC (1) – 2016/2015**

Posição na ocupação	Em porcentagem	
	Mulheres	Homens
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	<b>-1,4</b>	<b>-5,7</b>
<b>Total de assalariados (2)</b>	<b>-4,1</b>	<b>-4,6</b>
Setor privado	-1,9	-4,7
Com carteira assinada	-3,1	-5,0
Sem carteira assinada	5,6	0,0
Setor público (3)	-11,4	-6,1
<b>Autônomos</b>	<b>7,1</b>	<b>-7,3</b>
<b>Empregados domésticos</b>	<b>1,6</b>	<b>(5)</b>
Mensalistas	-11,4	(5)
Diaristas	19,2	(5)
<b>Demais posições (4)</b>	<b>5,3</b>	<b>-10,3</b>

**Fonte:** Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. (2) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham. (3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.). (4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais. (5) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Como consequência desse desempenho, em 2016, a parcela de assalariadas no setor privado com carteira de trabalho assinada era de 50,5% e de 11,2% entre as assalariadas no setor público (Tabela 5). O empregado doméstico abrigava 11,3% do total das ocupações femininas.

Com os movimentos diferenciados na forma de inserção, observa-se decréscimo da proporção de assalariados com proteção social – pela soma de assalariados com carteira no setor privado e assalariados no setor público – apenas para as mulheres (de 63,7% para 61,7%)

**Tabela 5**  
**Distribuição dos ocupados, por sexo, segundo posição na ocupação**  
**Região do ABC (1) – 2015-2016**

Posição na ocupação	Em porcentagem			
	Mulheres		Homens	
	2015	2016	2015	2016
<b>TOTAL DE OCUPADOS</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total de assalariados (2)</b>	<b>70,2</b>	<b>68,5</b>	<b>72,5</b>	<b>73,3</b>
Setor privado	57,7	57,3	67,5	68,3
Com carteira assinada	51,3	50,5	59,9	60,3
Sem carteira assinada	6,4	6,8	7,5	8,0
Setor público (3)	12,4	11,2	5,0	4,9
<b>Autônomos</b>	<b>12,4</b>	<b>13,5</b>	<b>18,5</b>	<b>18,2</b>
<b>Empregados domésticos</b>	<b>10,9</b>	<b>11,3</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>
Mensalistas	6,2	5,7	(5)	(5)
Diaristas	4,7	5,6	(5)	(5)
<b>Demais posições (4)</b>	<b>6,5</b>	<b>6,6</b>	<b>8,7</b>	<b>8,3</b>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(2) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham.

(3) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

(4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

## Rendimento diminuiu mais para as mulheres

Em 2016, o rendimento médio real das mulheres ocupadas na região do ABC equivalia a R\$ 1.721 e o dos homens a R\$ 2.526. Entretanto, como a jornada semanal média de trabalho dos homens (42 horas) é maior do que a das mulheres (38 horas), o rendimento médio real por hora torna-se a medida mais apropriada para comparar esses segmentos.

Dessa forma, em 2016, o valor hora foi de R\$ 10,58 para as mulheres, 10,0% inferior ao registrado no ano anterior, e de R\$ 14,05 para os homens, 5,9% menor do que em 2015. Essa diferença do comportamento dos valores pagos distanciou os respectivos rendimentos: em 2015, o rendimento médio por hora das mulheres correspondia a 78,7% do recebido pelos homens, proporção que passou para 75,3%, em 2016.

A retração do rendimento médio por hora de ambos os sexos, entre 2015 e 2016, refletiu a diminuição em todos os setores de atividade econômica analisados. Para as mulheres, puderam ser observados decréscimos no Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-13,8%) e Serviços (-5,5%).

Devido aos movimentos distintos da evolução dos rendimentos obtidos nos setores de atividade, a diferença de rendimentos entre mulheres e homens diminuiu nos Serviços, (de 75,7% para 80,3%). No Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas os respectivos rendimentos ficaram mais distantes, passando de 81,2% para 71,9%, no período (Tabela 6).

Por posição na ocupação, o rendimento médio real por hora de ambos diminuiu de forma generalizada (Tabela 7) e as diferenças de rendimento entre mulheres e homens aumentaram.

**Tabela 6**  
**Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,**  
**por sexo, segundo setores de atividade econômica**  
**Região do ABC (3) – 2015-2016**

Em porcentagem

Setores de atividade	Rendimento médio real por hora				Variação 2016/2015 (%)		Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)	
	Mulheres		Homens		Mulheres	Homens	2015	2016
	2015	2016	2015	2016				
<b>Total de ocupados (4)</b>	<b>11,75</b>	<b>10,58</b>	<b>14,93</b>	<b>14,05</b>	<b>-10,0</b>	<b>-5,9</b>	<b>78,7</b>	<b>75,3</b>
Indústria de Transformação (5)	12,71	(13)	17,04	16,04	-	-5,9	74,6	-
Metal-mecânica (6)	(13)	(13)	17,92	17,05	-	-4,9	-	-
Construção (7)	(13)	(13)	(13)	(13)	-	-	-	-
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (8)	9,06	7,81	11,16	10,86	-13,8	-2,7	81,2	71,9
Serviços (9)	12,09	11,42	15,98	14,22	-5,5	-11,0	75,7	80,3
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (10)	15,55	13,93	(13)	(13)	-10,4	-	-	-
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (11)	8,11	(13)	(13)	(13)	-	-	-	-
Serviços domésticos (12)	(13)	(13)	(13)	(13)	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2016.

(2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclui os que não trabalharam na semana.

(3) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. (4) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Divisões 24 a 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções O, P e Q da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seções I, S e R da CNAE 2.0 domiciliar. (12) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

(13) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

(-) Dados não disponíveis.

Tabela 7

Rendimento médio real (1) por hora dos ocupados (2) no trabalho principal, por sexo, segundo posição na ocupação  
Região do ABC (3) – 2015-2016

Em porcentagem

Posição na ocupação	Rendimento médio real por hora				Variação 2016/2015 (%)		Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)	
	Mulheres		Homens		Mulheres	Homens	2015	2016
	2015	2016	2015	2016				
<b>TOTAL</b>	<b>11,75</b>	<b>10,58</b>	<b>14,93</b>	<b>14,05</b>	<b>-10,0</b>	<b>-5,9</b>	<b>78,7</b>	<b>75,3</b>
Total de assalariados (4)	12,37	11,22	14,63	13,81	-9,3	-5,6	84,6	81,2
Setor privado	11,30	10,02	14,12	13,11	-11,3	-7,2	80,0	76,4
Com carteira assinada	11,48	10,41	14,70	13,65	-9,3	-7,1	78,1	76,3
Sem carteira assinada	(7)	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-
Setor público (5)	(7)	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-
Autônomos	(7)	(7)	12,96	12,17	-	-6,1	-	-
Empregados domésticos	(7)	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-
Demais posições (6)	(7)	(7)	(7)	(7)	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão, Convênio Seade-Dieese, Ministério do Trabalho/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. Em reais de novembro de 2016.

(2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. Exclui os que não trabalharam na semana de referência.

(3) Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

(4) Inclusive aqueles que não informaram o segmento em que trabalham.

(5) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

(6) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e outras posições ocupacionais.

(7) A amostra não comporta desagregação para a categoria.

(-) Dados não disponíveis.

---

A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, em colaboração com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, vem divulgando sistematicamente os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED-RMSP, desde janeiro de 1985. Trata-se de uma pesquisa domiciliar que, a cada mês, investiga uma amostra de aproximadamente 3.000 domicílios localizados na Região Metropolitana de São Paulo. As informações da PED são apresentadas agregadas em trimestres móveis. Por exemplo, a taxa de desemprego de janeiro corresponde ao trimestre móvel novembro, dezembro e janeiro. A taxa de fevereiro corresponde ao trimestre móvel dezembro, janeiro e fevereiro. A qualidade de seus indicadores e as inovações metodológicas introduzidas fazem da PED uma das principais fontes de referência sobre a conjuntura do mercado de trabalho metropolitano. Por estas razões, outros Estados brasileiros passaram a realizar a pesquisa nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e o Distrito Federal.

Em 2011, retomando parceria iniciada em 1998 com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, voltam a ser divulgadas informações específicas para a Região do ABC.

---



## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Secretaria de Planejamento e Gestão

## SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Av. Prof. Lineu Prestes, 913 Cidade Universitária

05508-000 São Paulo SP Fone (11) 3324.7200

[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) / [sicseade@seade.gov.br](mailto:sicseade@seade.gov.br) / [ouvidoria@seade.gov.br](mailto:ouvidoria@seade.gov.br)

## DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957 3º andar República

01209-001 São Paulo SP Fone (11) 3821.2140

[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br) / [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)



Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Av. Ramiro Colleoni, 5 09040-160 Santo André SP

Fone (11) 4435.3555

[www.consortcioabc.sp.gov.br](http://www.consortcioabc.sp.gov.br) / [contato@consorcioabc.sp.gov.br](mailto:contato@consorcioabc.sp.gov.br)

**Apoio:** Ministério do Trabalho – MT. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.  
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert.